



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 13 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA EPP CNPJ: 09.094.300/0001-51

Endereço: Rua Edístio Pondé, 353, Ed. Empresarial Tancredo Neves, sala 909, Stiep, Salvador/BA 41770-395 tel: 0800 888 1482 email: contato@gestaotributaria.co

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Assinatura anual de Simulador de Incidência Tributária na fonte – Sistema Web Gestão Tributária, com conteúdo exclusivo atualizado diariamente e direcionado às retenções e encargos de INSS, IRRF, CSLL, PIS, COFINS e ISS, e acesso através de banco de dados ao simulador das incidências de tributos na fonte (GT-Fácil), Plano Diamante, com direito a consultas ilimitadas ao simulador e liberação de acesso para até 12 (doze) usuários cadastrados.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo inexigível a licitação nos termos do seu art. 25, *caput*, ratificada em 25/08/2022 nos termos do seu art. 26, dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 26/07/2022.

§2º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

- a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
- a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.
- c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

- a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando as falhas detectadas e demais ocorrências em registro próprio e comunicando formalmente à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma;
- b) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas nesta Carta-Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Permitir o acesso online ao banco de dados, através do site www.gestaotributaria.com.br, com conteúdo teórico e prático, acesso a artigos, vídeos e legislação relacionados a retenções e encargos de INSS, IRRF, CSLL, PIS, COFINS e ISS, bem como a utilização da ferramenta “GT- Fácil”;
- c) Fornecer as senhas de acesso ao conteúdo exclusivo do “Sistema Web – Gestão Tributária”, em quantidade para até 12 (doze) usuários, no período de até 3 (três) dias úteis contados do início da vigência do contrato;
- d) Manter o sistema disponível de forma ininterrupta na rede mundial de computadores, para prestação dos serviços descritos neste instrumento;
- e) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
- e.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- f) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- g) Manter durante a execução desta Carta-contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada o valor global e em parcela única, de **R\$ 10.788,00** (dez mil setecentos e oitenta e oito reais), mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei 8.666/93.

§1º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

§6º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = i/365$ $I = 0,06/365$ $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Empenho nº 2022NE000347 de 30/08/2022.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

A presente carta-contrato terá vigência de 12 (doze) meses, **com início em 12/09/2022 e término em 11/09/2023.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado no início da disponibilização do acesso aos usuários, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato (média estimada sobre valor anual contratado), até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);

b) Pela paralisação do serviço por um período superior a 24h (vinte e quatro horas), a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal do contrato (média estimada sobre valor anual contratado), até o 10º (décimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 5% (cinco por cento);

c) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30 % (trinta por cento) sobre o valor correspondente ao período inexecutado;

d) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5 % (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. O atraso superior a 20 (vinte) dias no início do acesso caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item “c”.

§2º. O atraso superior a 10 (dez) dias na paralisação do serviço caracterizará a inexecução parcial da obrigação, suscetível à punição conforme disposto no item “c”.

§3º. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§4º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§5º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§6º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§7. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§8. A contagem dos prazos estabelecidos nesta cláusula inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contraentes, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

parágrafo único. Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente às prestações não cumpridas, com os valores devidamente atualizados.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória/ES.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS, CPF nº ***.561.105-**

Em 01 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE MARQUES ANDRADE LEMOS, Usuário Externo, em 01/09/2022, às 15:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral, em 02/09/2022, às 12:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0801225** e o código CRC **D7D5662D**.

0000527-79.2020.6.08.8000

0801225v2

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 2 por [LETICIA.WERNECK](#) em 01/09/2022 09:07:37.